



Às nove horas do dia quatorze de outubro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTONIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Art. 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1070022013-00; Câmara Municipal de Abel Figueiredo**; Prestação de Contas – Exercício 2013; Responsável: Fabrício da Rocha Lacerda; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta. **Processo nº 410032005-00; Fundo Municipal de Saúde de Magalhães Barata**; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Maria José Rodrigues Pantoja; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Magalhães Barata, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Maria José Rodrigues Pantoja, nos termos do Art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$-1.983,72 (hum mil, novecentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), lançado a conta "Agente Ordenador", em função de divergências no demonstrativo financeiro. Ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), na forma do Art. 120-A, II, do RI/TCM, pela disponibilidade de Caixa, no valor de R\$-62.115,56 (sessenta e dois mil, cento e quinze reais e cinquenta e seis centavos), não depositadas em uma Instituição Financeira Oficial, contrariando o Art. 43, caput, da LRF, e § 3º do Art. 164 da Constituição Federal"*. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Magalhães Barata, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Maria José Rodrigues Pantoja, nos termos do Art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$-1.983,72 (hum mil, novecentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), lançado a conta "Agente Ordenador", em função de divergências no demonstrativo financeiro. **Por maioria**: ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), na forma do Art. 120-A, II, do RI/TCM, pela disponibilidade de Caixa, no valor de R\$-62.115,56 (sessenta e dois mil, cento e quinze reais e cinquenta e seis centavos), não depositadas em uma Instituição Financeira Oficial, contrariando o Art. 43, caput, da LRF, e § 3º do Art. 164 da



CF/88. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 983982007-00; Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas;** Prestação de Contas de 2007; Responsável: Manoel Evaldo Benevides Alves; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Manoel Evaldo Benevides Alves, nos termos do Art. 52, II, da Lei Complementar Estadual 25/94, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-8.000,00 (oito mil reais), na forma do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, no montante de R\$-6.824.676,71 (seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais, e setenta e um centavos). Nos termos do § 5º do Art. 52 da Lei Complementar nº 25/94, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Manoel Evaldo Benevides Alves, nos termos do Art. 52, II, da Lei Complementar Estadual 25/94; com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-8.000,00 (oito mil reais), na forma do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, no montante de R\$-6.824.676,71 (seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais, e setenta e um centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 983972007-00; Fundo Municipal de Educação de Parauapebas;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Raimundo Oliveira Neto; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Parauapebas, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Oliveira Neto, nos termos do Art. 52, II, da Lei Complementar Estadual 25/94, devendo referido Ordenador recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa de R\$-8.000,00 (oito mil reais), na forma do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, no montante de R\$-8.830.316,27 (oito milhões, oitocentos e trinta mil, trezentos e dezesseis reais, e vinte e sete centavos). Nos termos do § 5º do Art. 52 da Lei Complementar nº 25/94, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a



exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Parauapebas, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Oliveira Neto, nos termos do Art. 52, II, da Lei Complementar Estadual 25/94; com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-8.000,00 (oito mil reais), na forma do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, no montante de R\$-8.830.316,27 (oito milhões, oitocentos e trinta mil, trezentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 982052007-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parauapebas;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: José das Dores Couto; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. José das Dores Couto, nos termos do Art. 51, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 25/94, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$1.130.864,40 (um milhão, cento e trinta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos). **Processo nº 201203457-00; Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana De Belém - CODEM;** Exercício 2001, Recurso de Reconsideração, recebido como Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 21.718, que deu provimento parcial ao Recurso de Reconsideração, interposto contra o Acórdão nº 19.383, de 02/03/2010, que negou aprovação a prestação de contas do exercício de 2001; Responsável: Everaldo Carmo da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**, em preliminar: "*pelo conhecimento do Recurso*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda divergiu do Relator e votou pelo não conhecimento do Recurso, no que foi acompanhado pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso. Vencido o Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201300330-00 (714692004-00); Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Santarém - SEMAB;** Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 22.876 de 18.10.2012; Responsável: Rosivaldo da Silva Colares; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**



123 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, modificando o teor do
124 Acórdão nº 22.876, de 18/10/2012, para retirar as falhas dos processos licitatórios que
125 comprovaram a regularidade, à exceção do credor Silva Júnior Serviços Gerais, que restou pendente
126 o valor de R\$-529.661,00 (quinhentos e vinte e nove mil seiscentos e sessenta e um reais).
127 **Processo nº 201315174-00; Centro Comunitário Associação dos Amigos da Terra Firme;**
128 **Prestação de Contas do Convênio nº 010/2013, celebrado com a FUNPAPA – Exercício 2013;**
129 **Responsável: Heraldo Maria da Silva Coelho; Instrução: 6º Controladoria; Ministério Público:**
130 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo
131 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
132 aprovação das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O
133 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
134 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 010/2013, firmado entre a
135 Fundação Papa João XXIII e o Centro Comunitário Associação dos Amigos da Terra Firme, com a
136 expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais). **Processo nº**
137 **201021208-00; Centro Comunitário Boa Esperança; Prestação de Contas do Convênio nº**
138 **22/2010, celebrado com o Gabinete do Prefeito– Exercício 2010; Responsável: Maria Célia Correa**
139 **dos Santos; Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros;**
140 **Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
141 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
142 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
143 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 22/2010, celebrado
144 pelo Centro Comunitário Boa Esperança com o Gabinete do Prefeito – Exercício 2010. **Processo nº**
145 **201011344-00; Escola Comunitária Do Bairro Do Tapanã; Prestação de Contas do Convênio**
146 **nº 12/2010, celebrado com a Fundação Papa João XXII – Exercício 2010; Responsável: Maria do**
147 **Socorro Pacheco de Souza; Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria**
148 **Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
149 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
150 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
151 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. **Processo**
152 **nº 201113748-00; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém- APAE;**
153 **Prestação de Contas do Convênio Nº 010/2010, Celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém –**
154 **Exercício 2010; Responsável: Emanuel Ó de Almeida Filho; Instrução 3º Controladoria; Ministério**
155 **Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo
156 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
157 pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu
158 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
159 aprovação das contas. **Processo nº 201104540-00; Centro Social da Criança e do**
160 **Adolescente Santa Edwiges; Prestação de Contas do Convênio nº12/2010, celebrada com a**
161 **Fundação Papa João XXIII– Exercício 2010; Responsável: Vilma Roecker; Instrução 3º Controladoria;**
162 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo



dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. **Processo nº 201217717-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1336/12, de 02.10.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Raimunda de Fátima Nogueira de Sousa; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217725-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1346/12, de 02.10.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Maria de Nazaré Alves Vieira; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201218205-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1428/12, de 17.10.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Elisabeth Lobo Rodrigues; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201300143-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1670/12, de 10.12.12; Interessada: Maria das Graças Silva Oliveira; Ministério Público: Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201300537-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1749/12, de 27.12.12; Interessada: Maria Erotildes Ramos Loureiro; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201207588-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade - 2012; Interessada: Marluce Oliveira do Vale; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201207594-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade - 2012; Interessada: Josefa Neide de Brito Mota;**



Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201209515-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade - 2012; Interessada: Natalina de Jesus Ferreira Pinto; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201214944-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade - 2012; Interessada: Maria José Ferreira de Oliveira; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201216468-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria por invalidez - 2012; Interessada: Maria Saleth dos Santos Moutinho; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201219620-00; IPMA de Ananindeua; Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade - 2012; Interessada: Elna Maria do Socorro Lacerda da Silva; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201311243-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA; Contrato Temporário nº 044/13, celebrado com Cleberson Leandro da Silva; Interessado: Aurea Nunes Barbosa; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José. Retirado de Pauta. Processo nº 201319269-00; Prefeitura Municipal de Marituba; Diária – 2013 – Lei nº 294/2013, que dispõe sobre concessão de diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário e Servidores Municipais; Interessado: Elivan Campos Faustino; Ministério Público: Procuradora - Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201312335-00; Prefeitura Municipal de Nova Timboteua; Subsídios – 2013 – Lei nº 213/2012, que dispõe sobre os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; Interessado: Luiz Carlos**



243 Castro; Ministério Público: Procuradora - Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.
244 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
245 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
246 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
247 decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201312336-00; Prefeitura Municipal de**
248 **Nova Timboteua**; Diária – 2013 – Decreto nº 002/2013, que fixa as diárias do Prefeito e Vice-
249 Prefeito; Interessado: Luiz Carlos Castro; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame
250 da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
251 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A
252 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
253 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo**
254 **nº 201312338-00; Prefeitura Municipal de Nova Timboteua**; Diária – 2013 – Decreto nº
255 08/2013, que dispõe a Concessão de diárias do Prefeito e Vice-Prefeito; Interessado: Luiz Carlos
256 Castro; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
257 Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
258 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
259 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
260 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201305219-00; Prefeitura**
261 **Municipal de Inhangapi**; Diária – 2013 – Decreto nº 001/2013, que fixa as diárias do Prefeito e
262 Vice-Prefeito; Interessado: José Amiraldo Lopes de Jesus; Ministério Público: Procuradora – Maria
263 Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o
264 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
265 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
266 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo**
267 **nº 201305224-00; Câmara Municipal de Inhangapi**; Diária – 2013 – Resolução nº 001/2013,
268 que fixa as diárias dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal; Interessado: José Amiraldo
269 Lopes de Jesus; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel
270 Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
271 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
272 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
273 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201310484-00; Câmara**
274 **Municipal de Peixe-Boi**; Diária – 2013 – Decreto Legislativo nº 003/2013, que fixa as diárias do
275 Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Funcionários Públicos Municipais; Interessado: Adriano Oliveira
276 da Silva; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
277 Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
278 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
279 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
280 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201217585-00; Prefeitura**
281 **Municipal de Tailândia**; Subsídios – 2012 – Lei nº 002/2012, que fixa os subsídios do Prefeito,
282 Vice-Prefeito e Secretários Municipais para Legislatura 2013/2016; Interessada: Maria Julia Ferreira



283 Celestrino; Ministério Público: Procuradora - Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel
284 Lavareda. Retirado de Pauta. **Processo nº 201403881-00; Câmara Municipal de Tracuateua;**
285 **Diária – 2014 – Resolução nº 051/2013, que fixa as diárias dos Vereadores e Servidores do**
286 **Legislativo Municipal; Interessado: José Dutra Luz de Souza; Ministério Público: Procuradora Maria**
287 **Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o
288 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
289 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
290 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo**
291 **nº 201408456-00; Prefeitura Municipal de Tracuateua; Subsídios – 2014 – Resolução nº**
292 **054/2014 - Altera o art. 1º da Resolução nº 049/12, que fixa os subsídios dos Vereadores;**
293 **Interessado: José Dutra Luz de Souza; Ministério Público: Procuradora - Maria Regina da Cunha;**
294 **Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
295 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi
296 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
297 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela ilegalidade da Resolução nº 054/2014, que
298 altera o Artigo 1º da Resolução nº 049/2012, para fins de adequação dos valores dos subsídios dos
299 Vereadores do Município de Tracuateua, para a legislatura 2013/2016, com a juntada dos autos à
300 prestação de contas. **Processo nº 201109647-00; Prefeitura Municipal de Cametá; Outros –**
301 **Lei nº 171/2011 – Atualização Anual da Remuneração dos Servidores da Câmara - 2011;**
302 **Responsável: Maria Wanderléia Assunção Camarinha; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez**
303 **Gueiros; Relator: Conselheiro César Colares.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201206259-00;**
304 **Prefeitura Municipal de Cametá; Outros – Lei nº 204/2012 – Atualização Anual da Remuneração**
305 **dos Servidores da Câmara - 2012; Responsável: Raimundo Cândido dos Santos; Ministério Público:**
306 **Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro César Colares.** Retirado de
307 Pauta. **Processo nº 201413571-00; Câmara Municipal de Novo Repartimento; Outros – Lei**
308 **nº 002/2014 – Revisão geral anual da Remuneração dos Servidores da Câmara Municipal- 2014;**
309 **Responsável: Maria Rita Belarmino da Silva; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da**
310 **Cunha; Relator: Conselheiro César Colares.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201306993-00;**
311 **Câmara Municipal de São João da Ponta; Outros – Lei nº 001/2013, que estabelece diária aos**
312 **Vereadores e Servidores da Câmara - 2013; Responsável: Elivaldo Carneiro Figueiredo; Ministério**
313 **Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro César Colares.** Retirado de Pauta.
314 **Processo nº 201413562-00; Município de Peixe-Boi; Denúncia – Denúncia Contra o Sr.**
315 **Adriano Oliveira da Silva – Presidente da Camara Municipal de Peixe-Boi - 2014; Denunciante: Luiz**
316 **Otávio dos Santos Nunes; Denunciado: Adriano Oliveira da Silva; Instrução: 5ª Controladoria;**
317 **Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator
318 apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do §
319 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a
320 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela
321 inadmissibilidade da Denúncia, com o seu arquivamento, nos termos do § 3º, do Art. 292, do
322 RI/TCM (ATO nº 016/2013), c/c o § Único do Art. 46, da Lei Complementar Estadual nº 084/2012,



que trata da Lei Orgânica deste Tribunal. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** O Conselheiro José Carlos Araújo pediu a palavra para submeter a deliberação do Plenário a Medida Cautelar Monocrática por ele proferida no Processo nº 201417624-00, da Prefeitura Municipal de Parauapebas, que suspendeu a Sessão de Abertura/Audiência da Concorrência Pública nº 03/2014-003. A matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator. Com abstenção de voto do Conselheiro Daniel Lavareda e da Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão proferida, nos termos do § 1º do Artigo 144 do RI/TCM/Pa. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e cinquenta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatorze de outubro de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão